

perspectiva desejada. E verdade é, que sob o mágico poder expressivo de uma linguagem nitzscheana ressurgem para nós, em poucos mas nítidos contornos o berço luminoso de nossa civilização. Renasce, em toda sua fascinante poligromia, a força criadora do gênio grego, aquele extremo individualismo que tornou possível a mais fantástica e a mais vertiginosa evolução cultural de todos os tempos. Revivemos o "milagre grego".

Traço dominante do livro é a ironia sutil do "esprit", o brilho da forma, a sobrepujar em toda linha a "Gruendlichkeit", a preocupação perene de profundidade de conteúdo. Daí a graça e a elegância do estilo, a concisão aforística dos breves capítulos, o fino senso de humor das observações. Mas daí também uma certa superficialidade do todo empanando a visão profunda que se descortina das pequenas e singelas frases perdidas em meio de cintilantes parágrafos.

Friedell não nos deu um livro de fôlego para obra de consulta. Deu-nos, entretanto, para uma leitura sugestiva e repousante, as considerações filosóficas e artísticas, as reminiscências poéticas, enfim, as interessantíssimas impressões de viagem de um europeu do século XX em visita aos domínios culturais e históricos da Grécia antiga.

"À medida que mergulhamos no passado, descobrimos novas possibilidades do nosso 'eu', alargamos os limites da nossa compreensão fazendo novas e bem que subjetivas experiências. Nisso reside o valor e a finalidade da pesquisa e da indagação histórica." Aí está, pelo próprio Friedell, a razão de ser de sua obra.

SYLVIA BARBOZA FERRAZ DIRICKSON

NAIA (Alexandre Gaspar da). — **D. João II e Cristóbal Colón, fatores complementares na consecução de um mesmo objetivo.** Lisboa, 1951, brochura de 124 páginas.

Depois das exaustivas e escrupulosas pesquisas realizadas por Henry Harris(1) e Henry Vignaud(2) sobre a origem de Colombo, a data e local do seu nascimento, a sua concepção geográfica e as suas viagens ao Novo Mundo, era de esperar o desaparecimento da mania de dizer que o "Almirante do Mar Oceano" não nasceu em Gênova, não era italiano, mormente em Portugal onde o professor Duarte Leite(3) com invejável argumentação pulverizou os pretensos fundamentos com que três historiadores(4) pretendiam sustentar ser Colombo um autêntico filho da gloriosa Lusitânia. No entanto isso não aconteceu porque o Autor da monografia que ora apreciamos, pretende provar que o verdadeiro descobridor da América era português.

Todos nós sabemos que Cristóvão Colombo tinha na Espanha o nome de Cristóbal Colón. Pois para o Autor, Cristóvão Colombo, filho de Domênico Colombo e Suzana Fontanarossa, nascido em Gênova entre 26 de agosto e 31 de outubro de 1491, é um personagem sem relevo, um mero tecelão, que nada tem que ver com Cristóbal Colón, infante de Portugal que em 1492 redescobriu o Novo Mundo, pois que anteriormente a essa data, em companhia do cosmógrafo mestre José Vizinho, visitou terras da América.

Diz o Autor que uma neta de João Gonçalves Zarco, capitão donatário do Funchal, teve relações amorosas com o infante D. Fernando, filho do rei D. Duarte e irmão do rei D. Afonso V, de que resultou ficar grávida. Os

- (1). — "Christophe Colomb, son origine, sa vie, ses voyages, sa famille et ses descendants". Paris, 1884.
- (2). — "Études critiques sur la vie de Colomb avant ses découvertes". Paris, 1905.
- (3). — "Coisas de várias histórias". Lisboa, 1941.
- (4). — Patrocínio Ribeiro em 1921, G. L. Santos Ferreira em 1927 e Manuel Pestana Junior em 1928.

pais uma vez sabedores disso, trataram de abafar o escândalo, enviando a moça para Gênova onde deu à luz um menino que passou a chamar-se Salvador Gonçalves Zarco. Mais tarde, para esconder a sua verdadeira personalidade e a grave falta de sua mãe, passou a adotar o nome de Cristóbal Colón. Disfarçado com este nome, Salvador Gonçalves Zarco passou a ser um valioso instrumento de D. João II na política portuguesa de expansão ultramarina. Em resumo, é o que diz a tese do Sr. Alexandre Gaspar da Naia.

O Autor não cita, porém, um único documento comprobatório das suas arriscadas asserções, mas apenas recorre a uma série de extravagantes conjecturas, boa parte delas simples repetição do que escreveram os citados historiadores portugueses cujos trabalhos, como já referimos, sofreram demolidora crítica do professor Duarte Leite.

Diante do exposto, qualificamos a tese do Autor como material de pura propaganda nacionalista, destituída de qualquer valor crítico.

THOMAZ OSCAR MARCONDES DE SOUZA

MACEDO (Jorge de). — *A situação econômica no tempo de Pombal. Alguns aspectos.* Pôrto. 1951. 311 pp. in 8.º. 144x90.

Integrado na coleção *Estudos e Documentos para a História* saiu agora o primeiro volume *A situação econômica no tempo de Pombal — Alguns aspectos*, de autoria de Jorge de Macedo. Esta coleção, a atentar aos títulos e autores dos vários trabalhos anunciados, pretende renovar os métodos da historiografia atual portuguesa e seguir aqueles que os *Annales* de March Bloch difundiram por França. Em Portugal podemos considerar como introdutor de forma sistemática e efetiva desses métodos e orientações Vitorino Magalhães Godinho.

A) **Obra.**

Jorge de Macedo repartiu o seu estudo nos seguintes capítulos:

I Capítulo — **O Marquês de Pombal e os historiadores**, onde coloca a questão no justo pé, pois em Portugal a figura de Sebastião José de Melo tem sido analisada à luz de critérios eminentemente políticos e religiosos. Assim, é — se a favor de Pombal e, conseqüentemente, anti-jesuíta; e vice-versa. Depois de fazer uma análise à historiografia pombalina, Jorge de Macedo critica nestes termos Lúcio de Azevedo, até agora o nosso mais imparcial historiador econômico da época: "O trabalho de Lúcio de Azevedo sobre Pombal — **O Marquês de Pombal e a sua época** — sob muitos pontos, aliás, um excelente trabalho e em qualquer caso o mais expressivo, é revelador desta maneira de pôr o problema da época pombalina (forma personalista de Governo); "Ardente inovador"... "Quis despertar a sua nação para a vida nova..." etc. etc. O autor do presente trabalho procura situar a questão dentro dos moldes seguintes: reconhecer o meio de Pombal, a sua época, os seus problemas, as suas dificuldades e necessidades, o campo, as possibilidades e condições de ação dentro das quais se movem (pág. 30).

II Capítulo — **A Primeira fase da Governação — O Estado** — Analisa o processo usado para levar à centralização nas suas mãos do Estado, dizendo que Pombal não foi renovador, utilizando os organismos e métodos tradicionais da monarquia portuguesa. "Reorganização em Pombal quer dizer simplesmente reforço da organização existente" (pg. 38). Não teve a sua orientação uma linha firme, seguindo aquela que as circunstâncias aconselhavam.

Há duas fases na legislação relativa ao Estado: 1.º — que culmina em 1761 com a criação do Real Erário e é de natureza fiscal e judicial (legislação sobre juros de empréstimo, lei da "Boa razão", "prisão fácil", criação da Intendência Geral da Polícia de Lisboa, cobrança de impostos, alfândega, ouro do Brasil, formação de uma burocracia, etc.); 2.º — Depois daquela data toma feição militar (pg. 49), o que acarreta problemas de ordem econômica.